

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.105 - GO (2016/0325926-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ESTADO DE GOIÁS**
PROCURADOR : **RAFAEL CARVALHO DA ROCHA LIMA E OUTRO(S) - GO023382**
RECORRIDO : **FANNY FERREIRA DA SILVA**
ADVOGADOS : **LEONARDO MARTINELLI BEZERRIL - GO024368**
: **RENATO FONSECA CHIALASTRI - GO025198**
: **CASIL FRANZON NETO E OUTRO(S) - GO023123**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DE GOIÁS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

"Mandado de Segurança. Lei n. 17.030/2010. Ajuste de remuneração (AR). Governador do Estado de Goiás. Legitimidade. Secretário da Fazenda do Estado de Goiás. Ilegitimidade. Impetrante. Parte legítima. Exercício de cargo público. Possibilidade jurídica do pedido. Ação direta de inconstitucionalidade em trâmite. Ausência de direito líquido e certo. 1 - Possui legitimidade para figurar no polo passivo do mandado de segurança a autoridade responsável pela correção do ato acoimado ilegal, no caso, a autoridade competente para estender a vantagem pleiteada pela impetrante, qual seja, o Governador do Estado de Goiás, impondo-se a exclusão do Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, por ilegítimo. 2 – A legitimidade da impetrante é notória no caso, pois é ocupante de cargo público, e exerce sua função junto à Secretaria da Fazenda. 3 – Perfeitamente possível o pedido postulado por estar previsto em nosso ordenamento jurídico. 4 - Diante da deflagração de controle abstrato de constitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei n. 17.030/2010, em trâmite nesta Corte (201094486833) bem como no Supremo Tribunal Federal (ADIN 4566), não há como vislumbrar direito líquido e certo dos impetrantes consistente na majoração da verba denominada Ajuste de Remuneração (AR), impondo-se a denegação da segurança. Acolhido parecer da douta Procuradoria de Justiça. Segurança denegada" (fl. 322e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 326/327e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

Superior Tribunal de Justiça

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. SUSPENSÃO DO JULGAMENTO.

Demonstrada a inexistência de contradição no julgado, impõe-se a rejeição

dos aclaratórios, face a necessidade de suspensão do julgamento para se

aguardar o deslinde da ação que se encontra tramitando no Supremo Tribunal Federal. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS" (fl. 368e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, I, e 265, § 5º do CPC/73, sustentando que:

"4.1) – DA VIOLAÇÃO AO ART. 535, I, DO CPC – DA CONTRADIÇÃO Como visto, o Estado manejou embargos declaratórios contra o acórdão da Corte Especial que, na fundamentação denegou a segurança, mas, na parte dispositiva, ordenou a suspensão do processo.

De fato, da leitura atenta do voto do Relator, extraem-se os seguintes excertos:

A despeito da decisão contida no evento n. 25 (sobrestamento do feito), entendo pertinente o julgamento do presente mandado de segurança, por já ultrapassar mais de um (01) ano do sobrestamento determinado. Passo portanto à sua análise.

(...)

Saliento que, a suspensão do mandamus se deu exatamente por tal fato, porém, por entender que o feito já encontra-se paralisado há mais de 01 (um ano), deve ser verificada a existência de direito líquido e certo quanto a pretensão ventilada.

Nesse contexto, não há como vislumbrar direito líquido e certo da impetrante consistente na majoração da verba denominada Ajuste de Remuneração (AR), impondo-se a denegação da segurança, face a existência de ação direta de inconstitucionalidade em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, dos dispositivos mencionados.

Superior Tribunal de Justiça

Ao teor do exposto, e acolhendo o parecer da douta Procuradoria da Justiça, denego a segurança pleiteada, uma vez ausente direito líquido e certo a ser amparo pelo writ, mormente pela tramitação da ação direta de inconstitucionalidade da Lei n. 17.030/2010 (arts. 2º, 3º e 4º), ainda em fase de julgamento neste Tribunal e no Supremo Tribunal Federal.

Na parte dispositiva, porém, consta o seguinte:

A Corte Especial, à unanimidade de votos, determinou a suspensão do julgamento para aguardar decisão do STF, nos termos do voto do Relator.

Para perplexidade do embargante, os aclaratórios foram indeferidos, mediante os seguintes argumentos:

No presente caso, conforme consta do evento n. 59, a Corte Especial votou (???) pela continuidade na suspensão do presente mandamus até julgamento da ação que está tramitando no Supremo Tribunal Federal referente à matéria apresentada. Assim, a despeito do writ já estar paralisado há mais de um (01) ano, o que deu ensejo ao entendimento pessoal deste Relator sobre a necessidade do julgamento, deve ser mantida a suspensão para que não ocorra qualquer prejuízo às partes, conforme decidido, por unanimidade, pelos Membros da Corte Especial.

Com todo respeito, o último pronunciamento da Corte é absolutamente equivocado. Afinal de contas, restou claramente demonstrada a contradição entre os fundamentos do voto condutor e o resultado do julgamento.

A decisão causa grande prejuízo ao Estado de Goiás, que tem direito ao pronunciamento de mérito, independentemente da decisão que vier a ser proferida pelo STF na ação direta de inconstitucionalidade.

Os fundamentos para a suspensão do processo somente foram expostos na decisão dos embargos, contrariando o inteiro teor do voto anterior.

Assim sendo, impõe-se a cassação do acórdão proferido nos embargos de declaração, para que o Tribunal a quo profira outro em seu lugar, sanando o vício existente, de modo a pronunciar o correto

Superior Tribunal de Justiça

resultado do julgamento consistente na denegação da segurança.

4.2) – DA AFRONTA AO ART. 265, §5º DO CPC – SUSPENSÃO DO PROCESSO POR MAIS DE UM ANO

(...)

Como visto, o próprio Relator do acórdão combatido reconheceu que o processo ficou paralisado por mais de um ano e, apesar disso, manteve a suspensão em clara afronta a regra legal em tela.

Note-se que não há notícia do deferimento de liminar na ação direta ou qualquer outra decisão superior capaz de justificar a paralisação do feito.

A matéria está devidamente prequestionada, pois foi expressamente enfrentada na decisão combatida, ainda que sem citação numérica do dispositivo violado" (fls. 379/382e).

Por fim, requer "seja provido seu recurso, com a consequente anulação da decisão proferida nos embargos declaratórios, restituindo-se os autos ao Tribunal de origem para supressão da contradição apontada. Superado o ponto, que seja reformada a ordem de suspensão, a fim de que a Corte de origem julgue o mandado de segurança sem aguardar o julgamento da ADI pelo STF" (fl. 383e).

Contrarrazões a fls. 391/397e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 409/410e).

A irresignação merece provimento.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte ora recorrida, com o objetivo de obter o "imediato pagamento da verba denominada 'ajuste de remuneração' no maior valor recebido por gestor jurídico, ou caso não seja concedida a liminar, que seja determinado o imediato pagamento da verba denominada 'ajuste de remuneração' nos moldes do instituído pela Lei nº 17.030/10, no valor recebido pelo paradigma, Sr. João Carlos Potenciano, no valor de R\$ 7.044,31 (Sete mil, quarenta e quatro reais e trinta e um centavos) e seus reflexos, por ser de justiça e atendendo ao princípio constitucional da isonomia, pedra angular do nosso ordenamento jurídico, que ainda se encontra, em relação à ora impetrante afrontado, em prejuízo de seu direito líquido e certo de merecer tratamento salarial isonômico em relação aos seus colegas de mesmo cargo" (fl. 37e).

Denegada a segurança, ante a ausência de direito líquido e certo a ser amparado pelo **writ**, em razão da tramitação de ação direta de inconstitucionalidade da Lei 17.030/2010 (arts. 2º, 3º e 4º), ainda em fase de julgamento no Tribunal local e no STF, foi, ainda, determinada a suspensão do julgamento para aguardar decisão do STF.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o

Superior Tribunal de Justiça

acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Eis os termos em que decidida a controvérsia, pela Corte estadual:

"A despeito da decisão contida no evento n. 25 (sobrestamento do feito), entendo pertinente o julgamento do presente mandado de segurança, por já ultrapassar mais de um (01) ano do sobrestamento determinado. Passo portanto à sua análise.

Convém esclarecer que a ADIN em trâmite nesta Corte Especial está com o trâmite suspenso até que se decida a ADIN 4566, proposta pelo Governador do Estado de Goiás, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, tendo como Relator o Ministro Dias Toffoli, que até o momento não apreciou o pedido liminar, haja vista vários pedidos de sindicatos para admissão no feito como litisconsortes.

Pois bem, é cediço que o mandado de segurança é ação prevista (art. 5º, LXIX, da CF), para garantir à pessoa física ou jurídica a proteção de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, acaso tal direito venha a ser alvo de ameaça ou ofensa por ato ilegal ou abusivo, desde que praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Presta-se à qualquer pessoa assegurar direito líquido e certo, com fundamento em prova pré-constituída, cujo direito tenha sido violado, ou que se encontre na iminência de sofrer violação, por ilegalidade ou abuso de poder.

Pois bem, apesar de não achar a medida mais coerente, passo ao julgamento do mandamus, uma vez já ter ultrapassado, em muito, o prazo processual previsto para suspensão de processos, fazendo as partes jus à resposta do Poder Judiciário.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Feito os esclarecimentos atinentes à matéria trazida a apreciação desta Corte, convém salientar que, não há sequer como verificar os requisitos necessários para que os impetrantes também percebam tal verba (Ajuste de Remuneração), diante da deflagração de controle abstrato de constitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei n. 17.030/2010, justamente os que devem ser analisados no caso em comento.

Por oportuno, entendo pertinente a transcrição do bem elaborado parecer da douta Procuradoria de Justiça (evento n. 23):

'(...)

Imperioso rememorar que o PPR, previsto pela Lei Estadual n. 16.382/2001, objetivava o incremento da arrecadação tributária estadual.

Assim, parte dessa arrecadação era calculada sob a sigla Gratificação de Participação de Resultados 'GPR' e distribuída aos servidores lotados na Secretaria da Fazenda, em caráter não permanente. Uma das apontadas inconstitucionalidades reside justamente no fato de que, extinto o Programa de Participação em Resultados (artigo 1º), não devem perdurar os efeitos pecuniários, ainda que com denominação diversa.'

Saliento que, a suspensão do **mandamus** se deu exatamente por tal fato, porém, por entender que o feito já encontra-se paralisado há mais de 01 (um ano), deve ser verificada a existência de direito líquido e certo quanto a pretensão ventilada.

Nesse contexto, não há como vislumbrar direito líquido e certo da impetrante consistente na majoração da verba denominada Ajuste de Remuneração (AR), impondo-se a denegação da segurança, face a existência de ação direta de inconstitucionalidade em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, dos dispositivos mencionados.

Ao teor do exposto, e acolhendo o parecer da douta Procuradoria da Justiça, denego a segurança pleiteada, uma vez ausente direito líquido e certo a ser amparado pelo writ, mormente pela tramitação de ação direta de inconstitucionalidade da Lei n. 17.030/2010 (arts. 2º, 3º e 4º), ainda em fase de julgamento neste Tribunal e no Supremo Tribunal Federal" (fls. 315/319e).

Ao apreciar os Aclaratórios, consignou o acórdão recorrido, **in verbis**:

"Pois bem, é cediço que os embargos de declaração visam sanar os

Superior Tribunal de Justiça

vícios insculpidos no art. 535 da Lei Processual Civil (omissão, contradição e obscuridade).

No presente caso, conforme consta do evento n. 59, a Corte Especial votou pela continuidade na suspensão do presente mandamus até julgamento da ação que está tramitando no Supremo Tribunal Federal referente à matéria apresentada.

Assim, a despeito do writ já estar paralisado há mais de um (01) ano, o que deu ensejo ao entendimento pessoal deste Relator sobre a necessidade do julgamento, deve ser mantida a suspensão para que não ocorra qualquer prejuízo às partes, conforme decidido, por unanimidade, pelos Membros da Corte Especial.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração para ratificar a decisão que suspendeu o julgamento do presente mandado de segurança" (fl. 367e).

Nesse sentido, verifica-se que o Tribunal estadual, ao determinar a suspensão do processo até o julgamento da ADI 4566, em trâmite no STF, dissentiu da jurisprudência firmada no âmbito do STJ, no sentido de que "é inviável qualquer interpretação do art. 265, § 5º, que desconsidere a incidência do prazo legal anual, notadamente pela inexistência, na redação do dispositivo, de qualquer exceção à regra de que o sobrestamento nunca excederá 1 (um) ano, em evidente prestígio à razoável duração do processo anunciada pela Constituição Federal" (STJ, EDcl no MS 22.157/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 11/06/2019).

A propósito, os seguintes julgados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO IMPETRADA OCORRIDO APÓS A IMPETRAÇÃO. AÇÃO DE USUCAPIÃO. BEM ARREMATADO EM EXECUÇÃO TRABALHISTA. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE DECORRENTE DA ARREMATACÃO DE MESMO IMÓVEL. SUSPENSÃO DO PROCESSO POR PRAZO INDETERMINADO. DESRESPEITO À LITERALIDADE DO ART. 265, § 5º DO CPC/1973. ILEGALIDADE DA DECISÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. 'A atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração é possível, em hipóteses excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como

consequência necessária' (EDcl no AgRg no Ag n. 1.026.222/SP, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10/10/2014).

2. É incabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, incidindo, portanto, o teor do art. 5º, inciso III, da Lei n. 12.016/2009 e da Súmula n. 268/STF. Precedentes.

3. No entanto, sendo a impetração do mandado de segurança anterior ao trânsito em julgado da decisão questionada, mesmo que venha a acontecer, posteriormente, não poderá ser invocado o seu não cabimento ou a sua perda de objeto, mas preenchidas as demais exigências jurídico-processuais, deverá ter seu mérito apreciado.

4. **Quanto à suspensão do processo nas hipóteses em que a sentença de mérito dependesse do julgamento de outra causa, o art. 265 do CPC/1973 preceituava, em seu § 5º, que, 'nos casos enumerados nas letras a, b e c do n. IV, o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano' e que, 'findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo'.**

5. **Sendo assim, é inviável qualquer interpretação do art. 265, § 5º, que desconsidere a incidência do prazo legal anual, notadamente pela inexistência, na redação do dispositivo, de qualquer exceção à regra de que o sobrestamento nunca excederá 1 (um) ano, em evidente prestígio à razoável duração do processo anunciada pela Constituição Federal.**

6. É regra comezinha de interpretação legal a assertiva segundo a qual, onde o legislador não distingue, não cabe ao interprete fazê-lo; e, no caso em exame, com mais razão, pela presença do advérbio nunca, que afasta qualquer elastério interpretativo.

7. No caso concreto, não se verificou situação excepcional que justificasse a punição de deixar indefinida a solução para o arrematante do bem na esfera trabalhista. Havendo alegação de grave problema social, a resolução pronta do problema previne conflitos sociais na área, mostrando-se conveniente a efetivação da imissão, de imediato, nas frações de terra que não sejam objeto de pedido de prescrição aquisitiva, prosseguindo o processo de imissão na posse nas áreas não contestadas.

8. Levando-se em conta que a decisão de sobrestamento proferida por esta Corte operou-se em março de 2014, deverá a ação de imissão na posse seguir seu curso normal, sendo de rigor que o Juízo Trabalhista exerça a fiscalização da efetivação da imissão na posse das áreas não discutidas nas ações de usucapião, objeto dos conflitos de competência.

9. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes para conhecer do agravo e conceder a segurança" (STJ, EDcl no MS 22.157/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 11/06/2019).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DIVERGÊNCIAS. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO DAS MATÉRIAS ALEGADAS EM CONTRARRAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. FALTA DE INTERESSE RECURSAL NO RECURSO ESPECIAL, EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA CONEXÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. DIVERGÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE EXTERNA. NÃO PROVIMENTO. DIVERGÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRAZO ANUO DE SUSPENSÃO DO FEITO (ART. 265, § 5º, CPC). PROVIMENTO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. A primeira divergência suscitada, entre acórdãos recorridos e acórdão da Corte Especial diz respeito ao não exame das matérias alegadas nas contrarrazões do recurso especial. Nesse ponto, os embargos não merecem ser conhecidos. Os embargos de divergência, como é cediço, não se prestam para correção de eventuais erros de julgamento. Não se prestam à releitura do processo. Não são remédio destinado primordialmente a fazer justiça. Sua finalidade imediata é a uniformização dos entendimentos divergentes entre os órgãos julgadores do STJ. O acórdão recorrido não destoou da tese constante dos paradigmas, mas entendeu que a parte ora embargante não reagitou as teses que pretendia ver apreciadas no momento oportuno, qual seja, das contrarrazões ao Recurso Especial, sendo este o motivo para não apreciação. Se as teses foram ou não, de fato, suscitadas nas contrarrazões do apelo extremo não cabe, em sede de embargos de divergência, nova análise dos autos.

2. A segunda divergência suscitada diz respeito à inexistência de prejudicialidade externa no caso, não devendo se suspender a ação de imissão de posse enquanto se discute, em outro feito, o ato de transferência do domínio. Há de prevalecer a tese da necessidade de suspensão do feito por prejudicialidade, conforme decidido no acórdão recorrido.

3. A divergência quanto à falta de interesse recursal no recurso especial, em razão do reconhecimento da conexão entre as ações na

origem, que tramitam conjuntamente também não se verifica, pois o julgado recorrido sequer se manifestou sobre o tema.

4. A apontada divergência entre acórdão recorrido e paradigmas, atinente à aplicação do prazo anual de suspensão do feito, nos termos do art. 265, § 5º, do CPC, deve ser acolhida. Tratando-se de expressa disposição legal, há de prevalecer a tese adotada nos acórdãos paradigmas, devendo assim ser aplicado o disposto do art. 265, § 5º, do CPC, limitando-se a suspensão da ação reivindicatória ao prazo máximo de 1 (um) ano.

5. Embargos de Divergência a que se dá parcial provimento" (STJ, EREsp 1.409.256/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 28/05/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL (TARE). SUSPENSÃO DO PROCESSO. ARTIGO 265, DO CPC. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DA ADIN 2.440/DF PELO STF. DECURSO DO PRAZO DE UM ANO.

1. Restando sub judice ação declaratória de inconstitucionalidade perante a Corte Maior, que encarta a causa de pedir da ação civil pública, revela-se precipitado pretender submeter o tema ao crivo incidental e difuso de órgão jurisdicional hierarquicamente subordinado, o que autoriza a aplicação do artigo 265, IV, "a", do CPC, que determina a suspensão do processo quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente.

2. Entrementes, a suspensão por prejudicialidade obedece a um prazo "improrrogável", ex vi do § 5º, do aludido dispositivo legal: **"Nos casos enumerados nas letras a, b e c do nº IV, o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano". Desta sorte, ultrapassado o "período anual" de suspensão o valor celeridade supera o valor certeza e autoriza o juiz a apreciar a questão prejudicial o quanto suficiente (incidenter tantum) para fundamentar a decisão, não se revestindo, essa análise, da força da coisa julgada material (art. 469, inciso III, do CPC).**

3. Ademais, a análise de questões preliminares controvertidas (impossibilidade jurídica do pedido formulado em sede de ação civil pública e ilegitimidade ad causam do parquet para discutir matéria tributária), ínsitas à presente demanda, pode ensejar a extinção do

Superior Tribunal de Justiça

processo sem julgamento do mérito, não se revelando razoável obstar seu andamento por período superior ao prazo legal.

4. In casu, a decisão que determinou a suspensão do curso da ação civil pública, na qual se pretende a declaração da nulidade do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE, até o julgamento da ADIN 2.440/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, foi datada de 18/03/2005, tendo sido excedido sobremaneira o período máximo e improrrogável de suspensão do processo.

5. Recursos especiais desprovidos" (STJ, REsp 813.055/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 31/05/2007).

Por fim, impende ressaltar que a ADI 4566, que ensejou a suspensão do Mandado de Segurança, foi extinta, sem julgamento de mérito, pelo então relator Ministro Dias Toffoli, "tendo em vista as alterações produzidas pelas leis posteriores à Lei n° 17.030/2010, é evidente a prejudicialidade desta ação direta de inconstitucionalidade por perda superveniente do seu objeto".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de determinar o retorno dos autos para que a Corte de origem prossiga no exame do presente mandado de segurança.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora